



PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 181, DE 1999

Relator: Deputado MENDES RIBEIRO FILHO

“Provocam a mais viva indignação as notícias, quase cotidianas, de ocupantes de cargos de direção e assessoramento do serviço público que, após o seu afastamento, são recrutados para dirigirem, prestarem assessoramento ou consultoria de alto nível na iniciativa privada, exatamente naquelas empresas que, anteriormente, tinham a obrigação de fiscalizar ou com as

quais os órgãos públicos em que atuavam firmaram contratos vultosos.

Cresce, cada vez mais, frente a esses casos, a suspeita da opinião pública de que tais servidores, durante o período em que militavam no serviço público, praticaram advocacia administrativa a favor das empresas que depois os recompensa com a admissão em seus quadros com polpidos salários e vantagens.

Ademais, durante o período em que estiverem à frente de órgãos governamentais, os ocupantes de cargos em comissão ou função de confiança muitas vezes tiveram acesso a informações privilegiadas e estabeleceram relações que, presumidamente, passam a ser empregadas em benefício das empresas privadas que os empregam, em detrimento dos interesses da coletividade.

Por tudo isso, e considerando ser a moralidade pública princípio basilar da Administração Pública, entendemos que deve ser estabelecida uma “quarentena” para os ocupantes daqueles cargos, após o seu afastamento, tal que impeça ou ao menos minore esses problemas, pelo que vimos de apresentar a presente Proposta de Emenda à Constituição, para qual pedimos a adesão de nossos pares.”

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

1. Na forma do Regimento Interno (**art. 32, III, b, e 202**) compete à Comissão de Constituição e Justiça e de Redação opinar sobre a **admissibilidade** de proposta de emenda à Constituição, cuidando de verificar se foi apresentada pela **terça parte**, no mínimo, do número de Deputados (**art. 60, I, da CF e art. 201, I, do RI**), o que, segundo se afirma às fls. 9, está atendido.

2. Por outro lado, não poderá a Constituição ser emendada na vigência de **intervenção federal**, de **estado de defesa** ou de **estado de sítio** (**art. 60, § 1º, da CF**), circunstâncias que, por ora, não ocorrem.

3. Há que considerar, outrossim, que não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir (**art. 60, § 4º, da CF**) a forma federativa de Estado (I), o voto direto, secreto, universal e periódico (II), a

separação dos Poderes (III) e os direitos e garantias individuais (IV).

4. A Proposta de Emenda à Constituição, sob crivo, não afronta nenhuma dessas vedações, eis por que o voto é pela sua admissibilidade, na forma do Substitutivo anexo, a fim de adaptar a redação às regras da Lei Complementar nº 95/98.

Sala da Comissão, em de de 2000.

Relator Deputado MENDES RIBEIRO FILHO
Relator

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 181, DE 1999

SUBSTITUTIVO DO RELATOR

Acrescenta o inciso V-A ao art. 37 da
Constituição Federal.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal,
nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte
Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º Fica acrescido ao art. 37 da Constituição Federal o
inciso V-A, com a seguinte redação:

“Art. 37.

.....

*V-A os ex-ocupantes de funções de confiança ou de
cargos em comissão não poderão exercer, até dois anos
após o seu afastamento, atividades de direção,
assessoramento ou consultoria, direta ou indiretamente, em
empresa privada sujeita à fiscalização do órgão no qual
tiveram exercício, ou com ele contratante;.*

.....”

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data
de sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2000.

Relator Deputado MENDES RIBEIRO FILHO

Relator